



A OFENSIVA ANTIGÊNERO NO BRASIL E AS CONTRIBUIÇÕES DO FEMINISMO MARXISTA

THE ANTI-GENDER OFFENSIVE IN BRAZIL AND THE CONTRIBUTIONS OF MARXIST FEMINISM

Cilésia Lemos¹

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Sandra Soares Della Fonte²

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Resumo: Busca-se evidenciar as possíveis contribuições do pensamento feminista marxista para análise das questões de gênero na educação brasileira, principalmente no que concerne às disputas no campo das políticas educacionais. Para tanto, traça-se um panorama da entrada das discussões de gênero no âmbito das produções da teoria feminista. Essa concepção é crucial para desvendar as disputas sociais amplas que se materializam na forte ofensiva antigênero vivenciada nos últimos anos no campo das políticas educacionais do Brasil como expressões de relações de desigualdades sociais e da configuração contemporânea do capitalismo mundial, marcada pela aliança entre neoliberalismo e neoconservadorismo.

Palavras-chave: Teoria feminista; Antigênero; Políticas Educacionais; Nova Direita.

Abstract: This article aims to highlight the potential contributions of Marxist feminist thought to the analysis of gender issues in Brazilian education, particularly regarding disputes within the field of educational policy. To this end, it outlines an overview of the incorporation of gender debates into feminist theoretical production. This perspective is essential for unveiling the broader social conflicts materialized in the strong anti-gender offensive observed in recent years within Brazilian educational policies, understood as expressions of social inequalities and of the contemporary configuration of global capitalism, marked by the alliance between neoliberalism and neoconservatism.

Keywords: Feminist theory, anti-gender movement, educational policy, New Right.

1. Introdução

Buscamos, neste artigo, evidenciar as possíveis contribuições do pensamento feminista marxista para análise das questões de gênero na educação brasileira, principalmente no que concerne às disputas no campo das políticas educacionais. Nossa perspectiva de gênero atrela as desigualdades a outros marcadores sociais existentes como classe e raça/etnia, procurando compreender, assim, como se estabeleceram as disputas e tensões em torno da questão de gênero na educação.

¹ <http://lattes.cnpq.br/8404607145922099>

² <http://lattes.cnpq.br/9396743098041438>

Consideramos que essa concepção é crucial para desvendar as disputas sociais amplas que se materializam na forte ofensiva antigênero vivenciada nos últimos anos no campo das políticas educacionais do Brasil. Neste cenário, instâncias de decisões e execução de políticas educacionais sofreram fortes interferências com ações de alas conservadoras que combatem o uso e a inclusão de termos como gênero e diversidade sexual, apesar de garantias constitucionais e legislativas pré-existentes. Essas ações resultaram em tentativas de apagamento e retirada de menções explícitas de termos e referências em legislações e currículos educacionais. Nesses contra-ataques, ocorreram tentativas de cerceamento da abordagem e discussão da temática nas escolas por meio de perseguições a professores/as, com processos de judicialização, censura e autocensura, criminalização, exposição pública e adoecimento docente.

Essas ações foram impulsionadas por campanhas - com origens transnacionais da década de 1990 - de distintos sujeitos sociais e políticos do cenário nacional. Tratou-se, portanto, de estratégias particulares como “expressões de uma ofensiva reacionária transnacional”, configurando-se como uma construção política com matrizes religiosas fundamentalistas em “defesa da família” e em oposição ao debate e promoção de gênero e diversidade especialmente no campo da educação (Junqueira, 2022, p. 17).

Nessas empreitadas, muitas falácias e desinformações foram amplamente veiculadas nas mídias digitais por distintas vozes. Da promoção ao pânico moral (Borges, 2018) através do sintagma ideologia de gênero (Junqueira, 2019), perpassando o pejorativo “Kit Gay”, à teoria conspiratória do Marxismo Cultural, até as campanhas da suposta “neutralidade” ideológica nas escolas encabeçadas pelo Movimento Escola Sem Partido (Miguel, 2016).

Nas últimas três décadas no país, acompanhamos a ampliação de direitos em termo de promoção e execução de políticas públicas em educação voltadas para a diversidade (Vianna, 2018), assim como o seu desmonte (vide a dissolução da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), em 2016, no pós-golpe) e os ataques incisivos ocorridos no campo político e social brasileiro. O que temos vivenciado na história recente do país é que não apenas a abrangência de discussões de gênero e diversidade sexual esteve em disputa, mas sim, todo um conjunto de temas com cunho crítico, político e social. Temas estes que são indispensáveis à construção da cidadania e de práticas escolares que desconstruam culturas discriminatórias e se oponham aos processos sociais de desigualdades e exclusão que se agravam com o aprofundamento do atual estágio do capitalismo neoliberal (Peroni; Caetano; Alelaro, 2019).

Essas campanhas de enfrentamentos ao gênero e às diversidades sexuais, chamadas por Côrrea e Kalil (2020) de cruzadas, alinharam-se a um projeto de aprofundamento da orientação neoliberal na educação, por meio de reformas (como a do Ensino Médio) e novas orientações curriculares. Os recuos e os retrocessos que as políticas que norteiam a educação do Brasil experimentaram em relação a essa agenda têm condicionado um esvaziamento desses temas no campo, seja pela retirada explícita dos termos em documentos norteadores, como no PNE (2014-2024) e na BNCC (2018), ou por meio do “policiamento” de práticas pedagógicas de professores/as que ousam tratar em suas aulas dessas temáticas.

Consideramos que essas mobilizações que vimos emergir no Brasil recentemente fazem parte não somente de uma “política de mobilização de grupos conservadores com projetos reacionários e neoliberais”, mas de “algo bem mais complexo, minuciosamente fabricado, de caráter histórico-transnacional abrangente e com dinâmicas políticas bastante peculiares” (Prado, 2022, p. 9). Estes movimentos pertencentes a esta ofensiva conseguiram estabelecer uma

[...] dinâmica política desse conjunto de atores e movimentações que não constituiu alguma unidade, mas está alastrado por todas as instituições sociais, pelo cotidiano escolar, pelo dia a dia de pais e mães, bem como entre as esferas da política, do mercado, das religiões e das políticas públicas (PRADO, 2022, p. 10).

Devido à emergência que este fenômeno representa e diante das tentativas que se mostraram cada vez mais agressivas para conter as abordagens de gênero na educação, pesquisadores/as têm se debruçado em torno da temática tanto no campo das políticas educacionais, como em sua abordagem na escola, para compreender os possíveis efeitos dessa “caça às bruxas” na educação e na sociedade brasileira.

Essas ações estão articuladas a projetos políticos que promovem o enfraquecimento de políticas públicas, “expresso pela radicalização do projeto de desmonte da educação pública brasileira, a intensificação da expropriação, da coisificação e da precarização do trabalho docente” (Motta; Leher, 2017, p. 243). Por meio de tentativas de desarticulação de políticas educacionais que incorporam a promoção de igualdades de gênero e do controle do trabalho docente, possibilita-se também a abertura de brechas para implementar uma educação de natureza privatista e puramente instrumental. O combate à igualdade de gênero e a defesa a favor da “família tradicional” (hétero patriarcal) no Brasil propiciaram a articulação entre diferentes agendas e sujeitos caracterizando esse novo conservadorismo³ no Brasil, resultado da articulação entre a

³ Novo conservadorismo ou Nova Direita são termos comumente utilizados na literatura da área para descrever a coalizão de sujeitos que aderem elementos das ideologias neoconservadora e neoliberal na política. Essa atuação

agenda neoconservadora e o projeto neoliberal, compondo a chamada ‘Nova Direita’ (Yannoulas, 2024).

As envergaduras dessas tentativas de implantação de projetos de regulação moral e de costumes nas políticas públicas do país se ampliaram e se fortaleceram em meio ao crescimento do protagonismo na política brasileira de parlamentares ligados à Nova Direita, que conjuga pautas neoliberais e o conservadorismo moral nas atuais conduções das políticas de Estado para educação.

A atuação dessa coalizão neoconservadora também esteve expressa na aliança entre grupos que anseiam interferir diretamente na educação, seja em seus conteúdos, seja em seus métodos e/ou finalidades (Freitas, 2012; 2018). Com esse alinhamento, buscou-se uma “restauração conservadora em torno da política educacional [com] disputas sobre projetos político-pedagógicos relacionados ao direito à educação e à democratização da educação” (Yannoulas; Afonso; Pinelli, 2021, p. 62).

Diante desse contexto, o problema de pesquisa que orienta este artigo consiste em compreender de que modo às ofensivas antigênero, articuladas à atuação da Nova Direita, têm incidido sobre as políticas educacionais e reconfigurado as abordagens de gênero na educação brasileira. Busca-se, ainda, identificar os limites e as possibilidades analíticas do pensamento feminista marxista para interpretar essas disputas, especialmente no que se refere à produção de consensos, resistências e mecanismos de controle sobre o trabalho docente e os currículos escolares.

2. Metodologia

Este artigo integra uma pesquisa mais ampla desenvolvida no âmbito do Doutorado em Educação, da qual deriva a necessidade de aprofundar o debate teórico sobre as disputas que envolvem a abordagem de gênero na educação contemporânea. Neste recorte específico, buscamos explicitar como o campo dos estudos feministas pode favorecer as reflexões sobre este fenômeno contemporâneo, considerando a existência de diferentes interpretações sobre gênero no campo das ciências humanas e sociais.

Para isso, adotamos o percurso metodológico neste estudo de caráter teórico-bibliográfico. Através de um panorama histórico, recorreremos à literatura de base marxista para evidenciar o modo como a categoria gênero foi incorporada aos debates feministas, e como esta perspectiva

se unifica em torno da promoção de uma agenda moral, com foco nas questões sexuais, reprodutivas e da família na política contemporânea (Lacerda, 2019; Yannoulas, 2024).

teórica pode nos ajudar a entender o fenômeno antigênero que atinge o campo da educação brasileira, mas que possui bases em outras condicionantes sociais. Partimos do entendimento de que tais ofensivas não se restringem ao espaço escolar, mas expressam contradições estruturais produzidas pelas dinâmicas do capitalismo contemporâneo, que reatualizam projetos conservadores, moralizantes e de controle social. Assim, buscamos articular a emergência desses discursos e práticas com as condições materiais e políticas que moldam as relações de gênero, trabalho docente e as disputas acerca da função social da escola pública.

3. Discussão

A compreensão do que seja gênero incita a nos localizar no amplo debate existente sobre este campo de estudo interdisciplinar que comporta distintas perspectivas, abordagens e posicionamentos. Essa vasta abrangência ganha “[...] influência nas diferentes perspectivas teóricas e formas de interpretação da realidade e suas concepções sobre a categoria gênero” (Costa; Lima, 2015, p. 423).

A dinamicidade existente nestas abordagens compreende os estudos sobre as mulheres, os feminismos, os gêneros, as sexualidades, as masculinidades e os estudos *queer*. Seus usos e conceitos demonstram a não uniformidade entre as concepções teóricas, o que caracteriza o conceito de gênero como um objeto permeado de intensos debates e disputas (Tílio, 2014). Contudo, é preciso destacar que há um consenso entre essas perspectivas teóricas de que as relações de gênero são construídas nas relações sociais.

Nesse sentido, o/a pesquisador/a que trabalha com essa categoria encontra-se imerso/a, como destaca Costa e Lima (2015), em incertezas sobre qual postura teórica deve assumir para não cair em armadilhas como essencialismos, determinismos ou isolar o gênero de outras relações sociais. As principais correntes teóricas que compõem o debate sobre os estudos de gênero foram, segundo Tílio (2014, p.125), o “essencialismo biológico; antropologia estrutural; psicanálise; teorias modernas (funcionalismo estrutural; patriarcado; marxismo); teorias pós-modernas (performatividade; *queer theories*)”. Para esse mesmo autor,

[...] os diversos sentidos do conceito gênero ao longo da história nas ciências humanas e sociais e a partir de diversificados matizes teóricos não conduzem necessariamente a um aprimoramento ou refinamento desse conceito, mas sim à expansão das possibilidades de compreensão sobre a complexidade das relações sociais e de poder (TÍLIO, 2014, p. 126).

Formulado no interior da academia, o conceito gênero é fruto das reflexões do movimento feminista⁴ contemporâneo a partir da década de 1970⁵. Segundo Donna Haraway (2004, p. 210), em todas as versões interpretativas das teorias feministas que compreendem gênero, busca-se “articular a especificidade da opressão das mulheres no contexto de culturas nas quais as distinções entre sexo e gênero são marcantes”.

Os estudos feministas em suas teorizações tinham como objetivo trazer à tona e questionar as diferentes formas de subordinação condicionadas às mulheres em vários âmbitos da vida social. A adoção da perspectiva de gênero pelo movimento “em um sentido crítico, político, foi articulado e progressivamente contestado e teorizado no contexto dos movimentos de mulheres feministas do pós-guerra [...] [para] contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta” (Haraway, 2004, p. 211).

Descritas apenas como diferenças sexuais até início do século XX, as desigualdades entre os sexos ganharam uma nova concepção com essa perspectiva no sentido de “compreender como a subordinação é reproduzida e a dominação masculina é sustentada em suas múltiplas manifestações, buscando incorporar as dimensões subjetiva e simbólica de poder, para além das fronteiras materiais e das conformações biológicas” (Araújo, 2000, p. 65). Os estudos de gênero, desse modo, ampliaram significativamente o debate para se pensar a “construção/desconstrução das identidades de gênero, isto é, os caminhos através dos quais os atributos e lugares do feminino e do masculino são social e culturalmente construídos” (Araújo, 2000, p. 69).

O gênero passou a ser considerado um recurso analítico e ferramenta que possibilita análises das desigualdades existentes nas relações sociais de indivíduos de diferentes sexos a partir de dada sociedade, situada em um determinado momento histórico. Sua teorização decorreu de tentativas de se opor às perspectivas essencialistas, baseadas apenas nas diferenças dos determinantes biológicos ou na “sustentação exclusiva na dimensão econômica” (Araújo, 2000, p. 69).

Assim, o gênero é relacional; sua análise só é possível quando está em relação com o outro. Para Guimarães (2005, p. 88), “o conceito exige uma pluralidade ao pensar as representações sobre mulheres e homens levando em consideração as suas diversidades”. Dessa característica, é possível “considerar que tanto o processo de dominação quanto o de emancipação

⁴ Consideramos feminismo como um movimento social, político e intelectual de grande espectro que abarca diferentes formas de atuações e manifestações de distintas mulheres.

⁵ O termo ganha evidência no campo acadêmico a partir da publicação do artigo “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo”, escrito por Gayle Rubin (GUIMARÃES, 2005).

envolvem relações de interação, conflito e poder entre homens e mulheres”(Araújo, 2000, p. 69).

Pensar as relações de gênero em uma perspectiva política nos leva a um olhar mais ampliado sobre os sujeitos envolvidos, pois o problema se desloca da questão da opressão apenas sobre as mulheres “requerendo alterações nos lugares, práticas e valores dos atores em geral” (Araújo, 2000, p. 69).

O feminismo como campo imprescindível para a teorização desse conceito se desenvolveu e se sedimentou em duas frentes:

[...] como teoria que supõe uma revisão crítica das construções teóricas que falam sobre as mulheres, manifestando que a tarefa destinada historicamente às mulheres não tem sua origem na natureza e sim na sociedade, quanto como movimento organizado de mulheres dispostas a combater sua particular situação de opressão (GUIMARÃES, 2005, p. 80).

Na teoria feminista, o ponto de partida remete às desigualdades de gênero existentes na sociedade; suas lutas heterogêneas são realizadas a partir de diferentes formas de expressão (Miguel; Biroli, 2014). O movimento como corrente intelectual, em suas variadas vertentes, impulsionou e intensificou seu debate interno no final da década de 1970, emergindo, assim, novas reflexões. Nesse mesmo contexto, ressurgiu com força no continente europeu e na América Latina, diversificando-se “em várias correntes de pensamento e de ações práticas como, por exemplo: liberalismo, radicalismo, socialismo, entre outras” (Guimarães, 2005, p. 86).

Herdeiro das conquistas das sufragistas do século XIX e da chamada segunda onda⁶ no início do XX, o feminismo contemporâneo deparou-se com inúmeras desigualdades mais profundas e complexas sobre a subordinação feminina mesmo após conquistas de suas primeiras reivindicações. Os tímidos avanços obtidos evidenciaram a necessidade de transformações mais profundas na ordem existente (Guimarães, 2005; Miguel; Biroli, 2014).

É no contexto norte-americano que se estabelece uma forte crítica à categoria mulher como sujeito universalizante, uma vez que as diferentes mulheres (negras, latinas, trabalhadoras) não viviam da mesma forma a experiência de ser mulher e, assim, “reivindicaram uma “diferença”

⁶ Ao longo do tempo, distintas ondas, gerações e/ou fases do movimento foram caracterizadas por suas principais demandas. Essas fases foram elaboradas a partir das necessidades existentes nos diferentes contextos históricos: a primeira onda deu-se a partir do século XIX e buscava a ampliação de direitos civis, como: direito à educação, ao voto e ao trabalho. A segunda onda, durante os anos de 1960 e 1970, pautou sua atuação em suas denúncias contra a opressão masculina, em busca da igualdade entre os sexos, principalmente sobre os direitos sexuais e reprodutivos. A terceira onda abrangeu a expansão das reivindicações para o campo das subjetividades, “cuja proposta concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649). As teorizações provenientes desse período reivindicavam o reconhecimento da pluralidade das mulheres, um feminismo que abarcasse as negras, lésbicas, imigrantes. É também nesse contexto que o conceito de gênero passa a ser considerado.

– dentro da diferença” (Pedro, 2005, p. 85). Surge, então, a necessidade de um conceito que expandisse a compreensão das particularidades próprias de cada mulher e ultrapassasse a lógica essencialista.

Também no final da década de 1980 e início das 1990, historiadoras feministas buscaram pensar e problematizar as próprias particularidades e, desse modo, contrapor-se à ideia de mulher que homogeneizasse todas. Segundo Gêssica Guimarães (2020, p. 6), “a “história das mulheres” surgiu antes da teorização acerca da categoria de gênero, em um movimento historiográfico e político de denúncia dos silenciamentos e apagamentos das mulheres nas narrativas sobre o passado”.

Para Mariza Corrêa (1998, p. 49), os estudos de gênero contribuíram para uma “desessencialização”, possibilitando uma “dissolução da polaridade homem e mulher”, permitindo abarcar novas identidades e sexualidades. Para a autora, ao desessencializar a mulher, tornando-a plural a partir do reconhecimento das diversidades e das profundas desigualdades existentes entre brancos e negros, foi possível reconhecer as diferentes maneiras de ser mulher (Corrêa, 1998, p. 50). Essa segmentação e reivindicações de mulheres negras, trabalhadoras, lésbicas, foi fundamental dentro do movimento feminista para abarcar as diferentes experiências de vida das mulheres. Os recortes de raça, classe e sexualidade passaram a ser levados em conta nas análises da área. Dessa forma, a

[...] categoria de gênero significa a possibilidade de historicizar tais relações, mostrando como o masculino e o feminino ganham contornos e expressões específicas no tempo e no espaço, para o debate e as políticas públicas, essa categoria nos permite compreender que no interior do discurso pela igualdade deve haver espaço para o respeito à diversidade e o combate às opressões estruturais que ainda hoje assolam a vida de tantas pessoas (GUIMARÃES; COSTA, 2020, p. 153).

De acordo com Moraes (1998), essas mudanças tornaram o uso da categoria analítica de gênero comum na academia, o que possibilitou uma compreensão segundo a qual “[...] as categorias diferenciais de sexo não implicam no reconhecimento de uma essência masculina ou feminina, de caráter abstrato e universal, mas, diferentemente, apontam para a ordem cultural como modeladora de mulheres e homens” (Moraes, 1998, p. 100).

Assim, a categoria gênero possibilitou analisar as relações entre homens e mulheres, apontando as construções sociais em torno de cada sexo. O itinerário de sua constituição enquanto categoria

[...] foi condicionado por diversos fatores, perpassando desde a formação histórica do patriarcado ao desenvolvimento de espaços teóricos e políticos do movimento feminista. Desse modo, os estudos de gênero na análise relacional homem/mulher passam por perspectivas que enfatizam ora a abordagem histórico/ontológica, ora a abordagem simbólico/cultural (COSTA; LIMA, 2015, p. 419).

Nesse sentido, o conceito de gênero contribuiu para “incorporar na agenda feminista a luta no plano da cultura e da ideologia, fornecendo um espaço para a subjetividade na construção e reprodução dos lugares e significados socialmente identificados com o masculino e o feminino” (Araújo, 2000, p. 69).

Uma das principais historiadoras que contribuiu para o tratamento de gênero como categoria de análise histórica⁷ foi Joan Wallach Scott (1995) que o considerou uma forma literal de se referir à organização social da relação entre os sexos. Sua definição tem como cerne duas proposições: “(1) gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 89).

Segundo Tílio (2014), as elaborações de Scott pretendiam organizar o que se já tinha de produção teórica⁸ sobre o tema, mas também propor uma nova teorização. Com forte influência dos estudos de Michel Foucault sobre poder e das contribuições de diferentes vertentes do feminismo, ela propôs um modelo de compreensão das relações sociais e sexuais (entre homens e mulheres) com ênfase nos aspectos culturais de como essas relações são estabelecidas socialmente.

Muitas críticas foram tecidas a Scott por situar gênero como característica fundamental e constitutiva das relações sociais, sendo posta “ao lado das teorias clássicas ou binaristas” (Tílio, 2014, p. 135) por vertentes que incluíam em seus estudos os sujeitos que não se encaixavam nas normativas sexuais heteronormativas e binárias, como gays e lésbicas ou indivíduos que

[...] rompiam drasticamente com a suposição de uma real diferença sexual biológica (transexuais e transgêneros, entre outros), isto é, indivíduos que relatavam uma não adequação entre sexo biológico e orientação sexual conforme preconizavam as teorias clássicas – e que questionavam a existência da própria diferença sexual. Judith Butler (2003; 2009) é uma das mais destacadas dessas críticas (TÍLIO, 2014, p. 135).

Outra crítica dirigida a sua compreensão de gênero seria resultado da desvinculação em sua conceitualização (quando Scott se baseia apenas nas diferenças sexuais para definir gênero) de

⁷ Segundo Guimarães (2005, p. 88), um dos avanços no campo de estudo de gênero foi ultrapassar o caráter descritivo “em que o gênero é usado como sinônimo de mulher” e passa a ser considerado como categoria de análise para observar as relações sociais “como ele dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico”.

⁸ Segundo Tílio (2014, p. 133), Scott foi uma das primeiras autoras a organizar e “[...] distinguir as principais (e diversas) perspectivas teóricas dos *gender studies*, que se dividiam entre teorias descritivas (que não atribuem causas à diferença sexual e às práticas de poder diferenciais, somente relatando seus efeitos) e teorias causais (que atribuem causas à diferença sexual e às práticas diferenciais de poder). Dentre as teorias descritivas, a que mais se destaca é a teoria 2 do funcionalismo estrutural (Que estabelece que os papéis de gênero são decorrentes das diferenças sexuais naturais de homens e mulheres que, se mantidas, garantiriam o bom ordenamento e funcionamento social – uma tendência à conservação). E são três as principais teorias causais: a teoria do patriarcado, o marxismo e as teorias psicanalíticas”.

elementos constitutivos e “unidades indissociáveis como classe, raça e sexo” (Hirata, 2014, p. 61).

Os estudos de gênero, nesse sentido, envolveriam alguns limites, se adotarmos uma perspectiva feminista de análise em sua vertente marxista que busca “entender as complexas dimensões de um mundo em que a distribuição do poder obedece a hierarquias sexuais e de classe social” (Moraes, 1998, p. 100).

Segundo Araújo (2000, p. 69), tendências que deram ênfase apenas à “dimensão subjetiva das relações de poder entre homens e mulheres” levaram a um distanciamento das bases materiais em seu percurso analítico, priorizando a dimensão simbólica do gênero⁹. Desse modo,

[...] deixa de ser um conceito meio, isto é, uma forma de ampliar o olhar e entender a trajetória em torno da qual a dominação foi se estruturando nas práticas materiais e na subjetividade humana, para tornar-se um conceito totalizador, um modelo próprio e autônomo de análise das relações de dominação/subordinação, centrado quase exclusivamente na construção dos significados e símbolos das identidades masculina e feminina. As práticas materiais e as intercessões com outras clivagens praticamente desaparecem e/ou são bastante secundarizadas. Gênero passa a descrever tudo e a explicar muito pouco, pois, como conceito, tendeu a ser autorreferido (ARAÚJO, 2000, p. 69).

Ao se distanciar das críticas antissistêmicas e ao capitalismo, algumas correntes teóricas feministas consolidaram interpretações¹⁰ e críticas que “muitas vezes, [...] essencializaram as relações entre homens e mulheres e “desistoricizaram” gênero, ou ainda refutaram questões do capitalismo e de classe” (Arruzza, 2015, p. 35). De maneira que o gênero se tornou apenas um “código cultural de representação e aparece como mero efeito discursivo, desvinculado dos contextos socioeconômicos concretos” (Araújo, 2000, p. 70).

A proposta de tematizar as relações de gênero associada às estruturas de classes da sociedade contemporânea, “considerando as subestruturas básicas de poder da sociedade capitalista” (Costa; Lima, 2015, p. 418), “[...] fez com que esse conceito fosse assumido também pelo feminismo de base marxista, preocupado em responder à permanência de relações de opressão entre homens e mulheres, mesmo em contextos econômicos e políticos diferenciados” (Araújo,

⁹ Segundo Mary Garcia Castro (2000, p. 102), o debate existente sobre as desigualdades de gênero a partir de “tendências pós-estruturalistas e pós-modernistas no feminismo [...] exigiria ultrapassar as rotulações depreciativas sobre tais correntes, e considerar as condições materiais e históricas em que surgiram, situando-as num contexto de fortalecimento do capitalismo tardio e de duros golpes para as esquerdas e para os projetos emancipatórios em geral. Ainda que se reconheça que tais tendências não são conservadoras, nem se definam como pró-capitalistas, elas não se propõem a identificar agências e sujeitos de mudanças. Inclusive, algumas vertentes rejeitam a centralidade proposta no marxismo para as classes proletárias e projetos de revoluções sociais, não pretendendo ir além de críticas textualizadas e, muitas vezes, não contextualizadas. Por outro lado, podem dar margem a posturas cínicas de descomprometimento com a barbárie do capitalismo atual, via uma postura [...] de indiferença e distanciamento, ou por ocultamento de contradições, explorações de classe, ao insistirem no abstrato, em fragmentações, diferenças, pluralidade, diversidade, sem nomear poderes e privilégios de classe ou de raça”.

¹⁰ Arruzza (2015) reconhece, não sem críticas, a relevância e contribuições dessas teorizações que, mesmo distanciando do debate de opressões estruturais, elaboram conceitos que permitem “desconstruir” os gêneros, como faz a teoria *queer*.

2000, p. 69), além de uma “reinterpretação da prioridade das desigualdades de gênero” (Miguel; Biroli, 2014, p. 9).

4. Resultados

No contexto contemporâneo, temos presenciado um “adensamento das reações protagonizadas por grupos religiosos conservadores, que mobilizam recursos econômicos e simbólicos para fazer valer suas visões” (Biroli, 2018, p. 15). A partir de um lugar social privilegiado (homens, brancos, heterossexuais), esses grupos reforçam discursos e ações contrárias aos ganhos e conquistas em termos de direitos sociais estabelecidos e conquistados pelas mulheres e pelo movimento LGBTQIAPN+¹¹.

Como salienta Saffioti (2015, p. 131), o patriarcado “serve a interesses dos grupos/classes dominantes”. Dito isso, interessa-nos aqui a compreensão da persistência e permanência dos “padrões desiguais, injustos e violentos” (Biroli, 2018, p. 10) ainda existentes nas relações de gênero, imbricadas socialmente, quanto de práticas instaladas no interior do Estado, expressos em políticas públicas de educação, saúde etc.

Para compreendermos tal aspecto, é preciso considerar que tanto as dimensões materiais, quanto as simbólicas atravessam as relações de gênero; desconsiderá-las pode incorrer “o risco de se perder de vista os possíveis impactos que as relações de classe ou de raça podem vir a ter sobre a própria situação da mulher” (Araújo, 2000, p. 70), principalmente em uma sociedade como a brasileira, que tem sedimentado em suas relações sociais o racismo e sexismos/machismos.

Desse modo, a interpretação feminista de tradição marxista¹² busca associar suas críticas à economia política, vinculando sua luta a ideias de “transformações que levem a sociedades mais justas do ponto de vista de suas estruturas econômicas, sem perder de vista as especificidades de gênero” (Miguel; Biroli, 2014, p. 9). Aproximamo-nos de análises com viés anticapitalistas que buscam criticar os limites das democracias e a superação dessas

11 A sigla abrange as distintas orientações sexuais e identidades de gênero como: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros, *Queer*, Intersexuais, Asexuais, Pansexuais, Não-Binárias. O sinal de mais (+) no final indica a inclusão de todas as outras identidades e orientações que não estão explicitamente listadas.

12 Segundo Moraes e Esquenazi (2020, p. 89-90), o feminismo marxista possui uma ampla diversidade de enfoque e autoras que trataram dessa junção e “[...] as linhas de demarcação para diferenciar rigorosamente entre feministas marxistas, socialistas, psicanalíticas, etc. são bem complexas de se identificar”. Contudo, as autoras ponderam que “[...] há duas grandes perspectivas teóricas que agrupam a maioria das autoras dentro deste heterogêneo grupo: a teoria dual e a teoria unitária [...] a postura dualista defende que a cada tipo de opressão/exploração lhe corresponde um sistema autônomo, com regras e leis de funcionamento próprias: capitalismo, patriarcado, racismo – embora estreitamente interrelacionados. [...] engloba uma boa parte do denominado “*debate sobre trabalho doméstico*”. A *teoria unitária* defende a ideia de que as relações sociais de produção capitalista e as relações patriarcais não constituem sistemas independentes, autônomos; e sim relações internamente integradas. [...] opressão de gênero e a opressão racial são partes constitutivas, estruturantes e integradas às relações que determinam a essência do sistema capitalista, tendo por alicerce a divisão sócio-sexo-racial de trabalho”.

desigualdades. Posicionamo-nos nesse debate que busca articular as opressões vivenciadas nas relações de gênero e como estas são reforçadas por políticas adotadas pelo Estado que impedem sua superação.

Tomamos o conceito de gênero sob essa perspectiva, a fim de compreender os modos de organização social e de representação no espaço público e sua expressão em políticas públicas de educação. Segundo Cisne e Gurgel (2008), o feminismo enquanto movimento social tem em sua trajetória questionado o Estado e sua postura de reproduzir na forma de políticas públicas distintas formas de opressão e exploração patriarcais-capitalistas.

Para falar das permanências do patriarcado e como ele se manifesta em nosso cotidiano hodierno, é preciso levar em consideração o processo de desigualdades (dominação-exploração masculina) que transcorreram ao longo do tempo, nas diferentes organizações de sociedade e nos diferentes contextos históricos. De acordo com Saffioti (2009), negar o caráter histórico do patriarcado é desconsiderar a historicidade desse fato social, tornando naturais os processos de dominação e exploração acometidos às mulheres. Essa categoria, para a autora, torna-se indispensável para os estudos de gênero, assim como para a compreensão dessas relações sociais mediadas pelo Estado através de políticas públicas.

O termo patriarcado nos estudos de gênero e nas correntes feministas, segundo Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli (2014), é controverso. Para algumas análises, o seu uso consegue abarcar as complexidades dos diferentes aspectos da dominação masculina; para outras, é compreendido apenas como uma das manifestações históricas dessa dominação. De acordo com Cinzia Arruzza (2015), dentro do campo da teoria feminista, o termo patriarcado foi deixado de lado durante os anos 1990 por tendências que se distanciavam das críticas ao sistema capitalista. Em estudos recentes, temos visto o seu retorno.

Corroboramos com a definição de Arruzza (2015) para quem o sistema patriarcal é entendido como “um sistema de relações, tanto materiais como culturais, de dominação e exploração de mulheres por homens. Este é um sistema com sua própria lógica, que é ao mesmo tempo maleável a mudanças históricas, em uma relação de continuidade com o capitalismo” (Arruzza, 2015, p. 7). Essa capacidade maleável de se adaptar historicamente demonstra como as “instituições patriarcais foram transformadas, mas a dominação masculina permanece” (Miguel; Biroli, 2014, p. 18).

Para Miguel e Biroli (2014, p. 19), o importante dessas transformações “é a substituição de relações de subordinação direta de uma mulher a um homem, próprias do patriarcado histórico, por estruturas impessoais de atribuição de vantagens e oportunidades”.

Essas assimetrias se manifestam de diferentes formas no convívio social, veladas em nosso cotidiano. Como destaca Saffioti (2015), as desigualdades atuais são resquícios de um patriarcado que já não existe, ou em seus últimos “estertores”. Como em outros fenômenos sociais, o patriarcado¹³ está em permanente transformação, manifestando-se nas diferentes esferas sociais, não abrangendo apenas o âmbito familiar, mas toda sociedade.

Ainda de acordo com Saffioti (2015), a partir de suas práticas culturais instituídas (machismo, sexismo) e provenientes de suas estruturas de poder, o patriarcado adentrou todas as esferas da vida social, mas agora subordinado ao capitalismo que “mercantilizou” todas as relações sociais, incluídas as de gênero, raça/etnia. Dessa maneira, sua análise não pode ser dissociada de outras contradições sociais.

Por não considerar que a opressão do patriarcado se dá autonomamente, essa compreensão possibilita “considerar o capitalismo não como um conjunto de leis puramente econômicas, mas antes como uma complexa e articulada ordem social, uma ordem que tem seu núcleo constituído de relações de exploração, dominação e alienação” (Arruzza, 2015, p. 38).

A racionalidade capitalista se apropria de opressões já instituídas no interior das relações sociais como nas estruturas familiares, na reprodução compulsória das mulheres. Assim, considerar o patriarcado como um sistema de dominação que atua em conjunto

[...] permite visualizar que a dominação não está presente somente na esfera familiar, tampouco apenas no âmbito trabalhista, ou na mídia ou na política. O patriarcalismo compõe a dinâmica social como um todo, estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais (MORGANTE; NADER, 2014, p. 3).

Esses aspectos podem ser identificados em fenômenos recentes, impulsionados por governos e figuras políticas de tendências conservadoras na moral, aliados à postura política econômica neo/ultraliberal. Eles adotam estratégias de resgate de modelos e a “seleção de um passado mítico e glorioso [...] um retorno à sociedade patriarcal de maneira a levar conceitos como hierarquia e ordem [...]” (Schwarcz, 2019, p. 226).

Aproximando-nos das análises anticapitalistas que buscam criticar os limites das democracias restritas, o feminismo de tradição marxista (embora outras correntes feministas também se posicionem como anticapitalistas) tem buscado atrelar suas críticas a problemas sociais

¹³ Patriarcado aqui compreendido difere da concepção weberiana de dominação social de tipo ideal. O patriarcado refere-se à dominação masculina sobre a mulher em diferentes contextos históricos. Para Cisne e Gurgel (2008, p. 82), o patriarcado explicita as relações de dominação e exploração sobre as mulheres, denunciando as desigualdades de gênero. Para as feministas de tradição marxista, o patriarcado é uma—subestrutura do capitalismo, comporta-se como uma forma de relação desigual entre os gêneros. Esquenazi e Moraes (2020, p. 90) apontam que sua adoção como categoria, em algumas análises, “é questionada por ser apresentada como um sistema trans-histórico e/ou autônomo ao sistema capitalista; porém isso não significa que não continuem existindo relações patriarcais de gênero, mas estas não constituem um sistema próprio”.

profundos, agravados pelo capitalismo em seu formato neoliberal, impulsionando sua atuação em um cenário de instabilidade e acirramento de conflitos, de forma a retomar perspectivas antissistêmicas (Marcelino, 2019).

É nesse sentido que o pensamento e atuação prática do feminismo nos dão sustentação, pois promovem “uma luta não apenas contrária ao sistema econômico restritamente falando, mas, também, aos conservadorismos patriarcais e racistas presentes nas famílias, igrejas, escolas e na estrutura burocrática do Estado” (Duriguetto; Cisne, 2015, p. 29).

O feminismo de postura anticapitalista nos oferece uma base para realizar críticas às constantes desarticulações que o Estado brasileiro tem ocasionado nas políticas públicas voltadas para gênero, como também a atuação de agentes políticos atrelados aos setores neoconservadores e religiosos numa ofensiva tanto ao gênero (e a tudo que remete a este fator social) quanto à democracia.

Esse lugar teórico nos permite compreender que “Tanto a guerra declarada à denominada “ideologia de gênero” e ao “marxismo cultural” como as políticas de austeridade, são partes constituintes de mesmo movimento de gestão da crise estrutural do capital” (Moraes; Esquenazi, 2020, p. 97).

Esses movimentos reacionários representam a persistência de um patriarcado contemporâneo e reconfigurado. Mesmo em meio a inúmeros avanços, eles evidenciam como não superamos desigualdades submersas em nossa sociedade. Ainda que exista essa nostalgia na tentativa de “resgatar a moral e os bons costumes”, fica nítido que esses ataques não se dão em moldes de dominação direta sobre as mulheres; eles aparecem agora nas diversas formas de violência vivenciada por mulheres e meninas brasileiras diariamente; aparecem, também, na coibição do tratamento da temática de gênero e diversidade sexual na educação, retirando a sua menção de documentos educacionais.

Segundo Duriguetto e Cisne (2015, p. 15), o capitalismo tem instituído – e convivido -com regimes políticos diversos, sendo o regime democrático fortemente influenciado pelas determinantes econômicas, exigindo de nós uma compreensão crítica, de que é o “caráter de classe e o da luta de classes que determinam o conteúdo da democracia”. Diante disso, é preciso identificar como se portam condicionantes estruturais das relações sociais, numa perspectiva de totalidade. Assumindo a concepção que identifica o capitalismo, patriarcado e racismo como associados, Daniéle Kergoat (2010, p. 94) defende a tese segundo a qual

[...] as relações sociais são *consustanciais*; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise

sociológica; e as relações sociais são *coextensivas*: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se coproduzem mutuamente.

Nas palavras de Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2015, p. 29), essas assimetrias, definidas “no entrecruzamento e constituição recíproca desses três eixos, são incontornáveis para a análise das desigualdades nas sociedades contemporâneas”. Dissociá-las pode reduzir a capacidade explicativa dessas dominações, tornando-as parciais:

Uma análise das relações de gênero que não problematize o modo como as desigualdades de classe e de raça conformam o gênero, posicionando diferentemente as mulheres nas relações de poder e estabelecendo hierarquias entre elas, pode colaborar para suspender a validade de experiências e interesses de muitas mulheres. Seu potencial analítico assim como seu potencial transformador são, portanto, reduzidos (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 30).

Assumindo a compreensão de totalidade, Saffioti aponta que as relações sociais se dão em um *nó*, em uma unidade dialética entre classe, gênero, raça/etnia ou entre as relações desiguais de patriarcado, racismo, capitalismo. Para ela, o importante

[...] é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um *nó*. Não se trata da figura do *nó górdio* nem apertado, mas do *nó frouxo*, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes [...]. Não que cada uma destas contradições atue livre e isoladamente. No *nó*, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do *nó*. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória [...]. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do *nó* adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – *novelo patriarcado-racismo-capitalismo* [...] – historicamente constituída (SAFFIOTI, 2015, p. 133).

Tendo em vista as contribuições para nosso estudo, consideramos que “não se trata de adição ou intersecção de opressões” (Esquenazi; Moraes, 2020, p. 94), mas, sim, de relações sociais de gênero em interdependência com outras formas de dominações (Hirata, 2014).

Ao estabelecer alguns elos entre fenômenos contemporâneos no Brasil com as permanências de desigualdades de gênero, é possível identificar como essas relações são permeadas por discursos discriminatórios, carregados de machismo, sexismo, violências diversas, tentativas de resgate de um modelo ideário de família, elementos cruciais à estrutura patriarcal.

Os ataques aos debates e abordagens de gênero na atualidade, contrários às discussões sobre sexualidade e diversidade sexual nas escolas, são conduzidos por grupos que se identificam como defensores da família. Como em outras manifestações sociais, esses grupos buscam legitimar e confirmar seus posicionamentos políticos e morais através da tentativa de renaturalizar comportamentos, práticas e condutas. Anseiam por um retorno – ou permanência

– de aspectos que reforçam assimetrias e desigualdades históricas, que “sejam percebidas como naturais e continuem a ser impostas, perpetuadas como legítimas, necessárias e imutáveis” (Junqueira, 2019, p. 139).

5. Considerações finais

Como vimos, o pensamento feminista marxista nos fornece uma base teórica para compreender como as ofensivas antigênero ocorridas nos últimos anos no país derivam de relações sociais que estão assentadas em condicionantes estruturais ao capitalismo, como as patriarcais, e exercem forte influência nos rumos das conduções políticas do país.

Situamos no debate do feminismo marxista como a categoria gênero passa a ser inserida e indissociada nas análises das relações sociais, além de sua compreensão atrelada a outros marcadores sociais, como os de classe e raça/etnia.

As perspectivas de totalidade na análise do feminismo marxista propõem que os contra-ataques aos avanços das questões de gênero no campo da educação fazem parte de expressões de uma sociedade condicionada pelas determinações econômicas que impedem, no contexto permeado pelo recrudescimento do conservadorismo atual, o aprofundamento da democracia em termos de continuidade e expansão de direitos, principalmente no campo de gênero e diversidade sexual.

Neste sentido, essas ofensivas antigênero fazem parte e são constitutivas de expressões de uma sociedade capitalista que abarcou, em sua constituição histórica, relações estruturalmente patriarcais.

Portanto, as disputas e tentativas de cercear o debate de gênero na educação caracterizam e marcam esse contexto em que não apenas estes aspectos estão em recesso, mas todo um conjunto de preceitos democráticos. A atual racionalidade neoliberal ganha novo contorno com a articulação de sujeitos que representam interesses do mercado com grupos neoconservadores. Por meio dessa fusão, passam a redefinir o papel do Estado com as políticas sociais, ocasionando profundas alterações que se materializam no campo educacional.

Essa guinada antigênero manifesta-se também em atitudes e decisões políticas que impedem um debate de gênero no ambiente escolar, condicionando um policiamento daprática pedagógica de professores. Ela chancela a criação de narrativas, falácias de doutrinação e ideologização para justificar a imposição de preceitos doméstico-familiares em detrimento do horizonte público.

Acreditamos que estas ofensivas antigênero, legitimadas pela existência de discursos excludentes cada vez mais presentes em nossa atualidade, somados a problemas estruturais

inalterados, impulsionam o crescimento de diversas manifestações de violência de gênero, físicas e simbólicas, psicológicas, sexual, patrimonial e econômica no cotidiano.

6. Referências

- ARAÚJO, Clara. **Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero**. *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, n. 10, 2000.
- ARRUZA, Cinzia. **Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo**. *Revista Outubro*, n. 23, 1º semestre de 2015. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades**. *Mediações*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- BORGES, R. O.; BORGES, Z. N. **Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, p. 1-23, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782018230039>. Acesso em: 10 set. 2025.
- CASTRO, Mary Garcia. **Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais**. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 11, p. 98-108, 2000.
- CISNE, Mirla; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Feminismo e radicalização da democracia: desafios em tempos de recrudescimento do conservadorismo no Brasil**. *Ser Social*, Brasília, v. 17, n. 36, p. 13, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.26512/ser_social.v17i36.13413. Acesso em: 10 jun. 2025.
- CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. **Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para autonomia das mulheres**. *Ser Social*, Brasília, v. 10, n. 22, p. 69-96, jan./jun. 2008. Disponível em: https://doi.org/10.26512/ser_social.v10i22.12960. Acesso em: 10 jun. 2025.
- CORRÊA, Mariza. **Uma pequena voz pessoal**. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 47-54, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634459/2383>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. **Políticas antigênero em América Latina: Brasil – ¿la catástrofe perfecta?** Rio de Janeiro: ABIA, 2020. Disponível em: <https://www.sxpolitics.org/GPAL/uploads/Ebook-Brasil20200204.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- COSTA, T. C.; LIMA, R. L. **Gênero e tendências contemporâneas: uma análise do Seminário Internacional “Desfazendo Gênero”**. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 416-429, 2015.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GUIMARÃES, M. F. **Trajectoria dos feminismos: introdução à abordagem de gênero**. In: CASTILLO-MARTÍN, M.; OLIVEIRA, S. **Marcadas a ferro**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. p. 77-92.

- GUIMARÃES, Gêssica; COSTA, Amanda Danelli. **Mulheres e o avanço conservador no Brasil após o golpe de 2016**. In: KLEM, Bruna; PEREIRA, Mateus; ARAÚJO, Valdei (org.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória: Editora Milfontes, 2020. p. 151-182.
- HARAWAY, Donna. **Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra**. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004.
- HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é**. In: CASSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 135-140.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da “ideologia de gênero”: um projeto reacionário de poder**. Brasília: LetrasLivres, 2022.
- KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 86, p. 93-103, 2010.
- MARCELINO, Giovanna Henrique. **Feminismo, ponto de renovação do marxismo**. *Revista Outubro*, n. 33, 2º semestre de 2019. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2020/01/02_Marcelino.pdf. Acesso em: 2 jun. 2025.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro**. *Revista Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/dep.2016.25163>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Pós-modernismo, marxismo e feminismo**. *Margem à Esquerda – Ensaios Marxistas*, São Paulo, n. 2, 2015.
- MORAES, Livia; ESQUENAZI, Arellys. **Epistemologias, práxis e desafios conjunturais nas relações entre feminismo(s) e marxismo**. In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico (org.). **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. Chapecó, 2020.
- MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. **O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico**. In: **Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio**. 2014.
- NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política**. *Psicologia em Estudo*, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.
- PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.
- PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Lisete Regina Gomes; ARELARO, Maria Raquel. **BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação?** *RBPAAE*, Brasília, v. 35, n. 1, p. 35-56, 2019.
- PINELLI, Laís Vieira; YANNOULAS, Silvia Cristina. **Transformaciones en las formas de control sobre el trabajo docente en el contexto del resurgimiento de la nueva derecha brasileña**. *Tramas y Redes*, n. 6, p. 189-203, 2024.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo. **Prefácio**. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da “ideologia de gênero”: um projeto reacionário de poder**. Brasília: Letras Livres, 2022. p. 9-15.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

TÍLIO, Rafael de. **Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas.** *Revista Gênero*, Niterói, v. 14, n. 2, 2014.

VIANNA, Cláudia Pereira. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: breve história de lutas, danos e resistências.** Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Chaves analíticas para a compreensão do projeto educacional da nova direita: estratégias essenciais e particularidades brasileiras.** *Revista Educación, Política y Sociedad*, v. 9, n. 1, p. 8-41, 2024.